

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: o desafio do desemprego

Vilma da Silva Santos¹, Alice Pereira Prado², Valdevino Krom³, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira⁴

¹ Professor do Depto. de Economia, Contabilidade e Administração - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP - vilma70@gmail.com

² Professor do Curso de Administração – Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa-INESP – Av. Getúlio Dornelles Vargas, 2156 Pedregulho – 12305-010– Jacareí/SP – alicep@terra.com.br

³ Professor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FCSA – Universidade do Vale do Paraíba – Av. Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – 12244-000 – São José dos Campos/SP - valkrom@univap.br

⁴ Coordenador do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - MGDR - Universidade de Taubaté – Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 – Taubaté/SP - edson@unitau.br

Resumo: O fenômeno da globalização da economia proporcionou um impacto econômico e social aumentando o número de excluídos do mercado de trabalho. E, como forma de responder esse problema e possibilitar a superação dessa condição de excluído, surge a economia solidária como uma organização em que aparecem valores como cooperação, justiça, equidade e acumulação de riqueza. Nesse contexto, analisou-se o surgimento da economia solidária, que procura traduzir um movimento social e econômico em que a sociedade busca respostas para o desafio do desemprego enquanto os governos não conseguem atender às demandas. A pesquisa bibliográfica exploratória estudou o surgimento de experiências de economia solidária focada na visão de que as pessoas que não têm acesso ao mercado formal de trabalho. Concluindo que, a economia solidária pode viabilizar um movimento de acumulação de capital, permitindo reintegrar os desempregados à atividade econômica produtiva, pelo fato de existirem várias estratégias e, de maneira geral, são práticas de produção centradas na solidariedade, visando à distribuição de riqueza dentro de uma mesma comunidade, à criação de postos de trabalho e ao aumento da renda das pessoas.

Palavras-chave: Economia solidária. Mercado de trabalho. Desemprego.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas.

Introdução

A economia solidária é um setor crescente da economia e da sociedade brasileira e com grandes possibilidades de expansão. Mesmo que uma retomada do crescimento econômico traga um incremento na oferta de empregos, todos os cenários apontam que a reestruturação produtiva deverá manter um forte quadro de concentração da força de trabalho empregada em setores mais dinâmicos da economia. O desemprego estrutural, a economia informal e a precarização do trabalho devem continuar gerando uma grande massa de trabalhadores que necessitam de políticas alternativas e que podem encontrar melhores opções de trabalho em empreendimentos solidários.

Por outro lado, para viabilizar a expansão da economia solidária, uma série de desafios precisa ser superada, especialmente aqueles relacionados à necessidade de novas políticas e instituições públicas e populares voltados à representação e, principalmente, ao acompanhamento permanente das demandas de formação, crédito, tecnologia, mercado e gestão.

A idéia de que a formação de laços de cooperação e a organização em associações podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida de populações pobres tem adquirido força entre teóricos e atores políticos. Parte deles argumenta que o Estado tem historicamente agido contra a possibilidade de organizações autônomas emergirem em comunidades de baixa renda, mas exemplos recentes mostram que atores estatais também podem incentivar e apoiar estas comunidades para que se auto-organizem, o que pode ser decisivo para que elas se desenvolvam em termos sociais e econômicos.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi classificada como pesquisa bibliográfica exploratória, na medida em que procurou analisar a questão da economia solidária.

Conceito de Economia Solidária

Economia solidária é um termo usado para identificar uma nova forma de organização econômica. Muitas são as concepções do que de

fato pode ser classificado como economia solidária. Diferente da economia tradicional que visa a máxima obtenção de lucro não importando os meios usados para alcançá-lo, a economia solidária se preocupa com o âmbito social, onde as pessoas que compõem a sociedade são a maior prioridade de sua ação.

O debate teórico surgido nos últimos anos inicia uma importante discussão quanto a definição e classificação dessas novas propostas, pois entre os diversos termos utilizados, no Brasil, em relação ao tema destaca-se, a economia solidária que tem a definição pela formação de empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição, nos moldes de cooperativas de produção, consumo, comercialização, crédito, entre outras, não havendo separação entre capital e trabalho, diferenciando na sua forma organizacional (SINGER, 1998).

Seus princípios são de autogestão e de cooperação, onde o capital da empresa, em especial os meios de produção, se torna propriedade dos próprios trabalhadores, que tem a responsabilidade de gerenciar e administrar o empreendimento além da tomada de decisões serem baseadas nos termos de democracia e igualdade de direitos a todos os participantes.

Quanto à definição e classificação dessa nova proposta de empresas, destaca-se como sendo a formação de empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de produção e distribuição, nos moldes de cooperativas de produção, consumo, comercialização, crédito, entre outras, não havendo separação entre capital e trabalho, diferenciando na sua forma organizacional (SINGER, 1998).

E, com base nesse princípio de autogestão e a cooperação, em que o capital da empresa, em especial os meios de produção, os trabalhadores envolvidos ao se tornarem proprietários, passam a assumir a responsabilidade de gerenciar e administrar o empreendimento além da tomada de decisões serem baseadas nos termos de democracia e igualdade de direitos a todos os participantes.

Iniciativas da Economia Solidária

Ao mesmo tempo em que a revolução tecnológica trouxe um aumento da eficiência e da capacidade produtiva, sendo ao mesmo tempo, possível observar o crescimento dos índices de desemprego, subemprego e informalidade. Resulta daí, que setores da sociedade para os quais não havia políticas públicas que fossem além da assistência social, começaram a encontrar na economia solidária, uma

possibilidade para melhorar a qualidade de vida dessa população (MATTOSO, 1999).

Contudo, isso indica efetivamente que a demanda dos trabalhadores buscam alternativas coletivas por causa do desemprego levando-os a enfrentar o fenômeno da pobreza, que atualmente atinge outros setores sociais, deixando de ser privilégio dos setores sociais historicamente mais excluídos. Diante dessa situação constata-se que as opções para aqueles que perdem o seu emprego são muito pequenas e desfavoráveis.

Nesse contexto, a alternativa para criar redução seria a empresa de autogestão como uma mera reação ao desemprego, principalmente, porque a decisão de criar um empreendimento coletivo envolve uma vontade positiva que exige muita disposição, pois no instante em que optam pela montagem desse tipo de empresa tornam-se responsáveis frente à tarefa de gerir uma auto-produção. Isso resulta numa busca ativa que reorganiza a subjetividade desses sujeitos, restabelecendo a sua pertença a um coletivo (MATTOSO, 1999).

Por isso, para a economia solidária, a eficiência não pode limitar-se aos resultados materiais de um empreendimento, mas na definição da eficiência social em função da qualidade de vida e da realização de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. Dessa forma, apresenta uma alternativa viável para a geração de emprego e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, transformando-se em um instrumento de combate à exclusão social.

Economia Solidária no Mundo

A partir da segunda metade da década de 1970, quando uma nova crise do sistema capitalista trouxe o desemprego e o fechamento de empresas, criando para a classe trabalhadora uma difícil situação. Foi a partir de 1977 até 1984, que surgiu uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, por meio de empresas auto-geridas pelos próprios trabalhadores com o apoio de alguns sindicatos progressistas (MATTOSO, 1999).

Na Itália, a lei de 1991 consolidou a existência de uma das mais interessantes inovações dessa economia solidária, as cooperativas de solidariedade social, bem como seu agrupamento em estruturas de segundo nível: os consórcios (SINGER, 1998).

Na América Latina, tem prevalecido, a informalidade econômica, onde as iniciativas são múltiplas e diferenciadas. Mas, recentemente vem sofrendo um processo de evolução para o desenvolvimento de uma rede de diversas organizações com intercâmbio, apoio e trocas. Na área metropolitana de Santiago do Chile, as micro

unidades são geridas individualmente, familiarmente ou em grupos (COHEN, 1999).

Na Colômbia, a legislação nacional fornece apoio ao setor da economia popular solidária, como o terceiro setor entre a economia capitalista privada e a economia dos setores estatais. Já no Peru são cerca de três milhões de trabalhadores organizados em micro unidades de até quatro pessoas representando cerca de 78% dos empreendimentos do país (COHEN, 1999).

Na Argentina, o primeiro clube de trocas surgiu em 1995, na cidade de Benal, a 30 quilômetros de Buenos Aires, fundado por um grupo de vinte vizinhos, com ideais ecologistas e vontade de construir um novo “estado de bem estar”, pelo menos em sua comunidade (COHEN, 1999).

Na África, outras experiências apontam para a formação de mercados auto-gestionários no Oeste, em Camarões e no Senegal, em que muitos grupos formados basicamente de mulheres constituíram uma federação nacional solidária de autogestão (COHEN, 1999).

Em Bangladesh, o *Grameen Bank*, mundialmente conhecido, opera com mais de um mil sucursais e atende, com financiamento solidário a dois milhões de pessoas (COHEN, 1999).

Isso demonstra que o setor da economia social e solidária, por meio dos inúmeros movimentos sociais e étnicos, trouxe uma nova visão do social, da sua relação com o econômico e da relação do homem com o meio ambiente, permitindo a uma sociedade de mercado, minimizar os impactos do desemprego e da exclusão, ao representar a emergência de um novo modo de organização do trabalho e das atividades econômicas em geral.

Economia Solidária no Brasil

No Brasil, a economia solidária começou a surgir de forma esparsa na década de 1980, mas tomou impulso a partir da segunda metade dos anos 1990, resultado de movimentos sociais surgidos na época. Ela apresentava características distintas dos movimentos dos anos de 1970 e 1980, visando reagir à crise de desemprego em massa de uma forma bastante peculiar (GAIGER, 1999).

Uma delas, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), vinculadas a diversas universidades brasileiras, colocando o saber universitário à disposição de grupos populares economicamente excluídos ou vinculados à economia informal, vem se dedicando à organização desse segmento em empreendimentos cooperativos para geração de renda, prestando apoio administrativo, jurídico-legal e capacitação (GAIGER, 1999).

Trata-se de uma prática que busca a integração de grupos de consumidores, produtores

e de prestadores de serviço em uma mesma organização para que todos possam levar adiante o consumo solidário, o que só é possível graças à compra de produtos e serviços da própria rede.

Os primeiros conceitos ligados à economia solidária apareceram pela primeira vez no Brasil em 1993, mas os primeiros relatos sobre o assunto só surgiram em 1995 referindo-se a ela como um fenômeno econômico e um movimento social. É importante salientar que, a economia solidária não é apenas um fenômeno econômico resultante das condições e tendências históricas do mercado de trabalho brasileiro; é também resultado do acúmulo dos movimentos populares dos anos 1970 e 1980 que tentavam modificar a situação política em que se encontrava o país; portanto é ao mesmo tempo um fenômeno econômico e um movimento social (GAIGER, 1999).

A economia informal, termo criado na década de 1960 no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi considerado como um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes. Por meio da economia popular e da economia informal, consideravam ser possível criar empreendimentos econômicos como a economia familiar ou dos micro negócios e, para a produção ou prestação de serviços realizada com pouquíssimo ou até sem capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros (GAIGER, 1999).

As iniciativas de economia solidária no Brasil vêm sendo impulsionadas a partir das ações de ONG, movimentos sociais, igrejas, incubadoras entre outros, que apóiam a constituição e articulação de cooperativas populares, as redes de produção e comercialização e as feiras de cooperativismo e economia solidária, entre outras ações. Trata-se, pois, de uma prática que busca a integração de grupos de consumidores, produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização para que todos possam levar adiante o consumo e satisfação das necessidades de seus membros (GAIGER, 1999).

Desafios para a Economia Solidária no Brasil

A economia solidária foi fundada na cooperação entre unidades de trabalho entre si e destas com os consumidores visando o desenvolvimento humano sob custos sociais menores. Ela está abrindo possibilidades de expansão de um mercado não-capitalista.

Tem como desafio proposto a construção da solidariedade que deverá orientar a nova forma de organizar a produção, a distribuição e o consumo dos bens socialmente produzidos. Isso significa redesenhar e exercitar, na prática, as experiências

alternativas, um outro projeto de sociedade capaz de romper a exclusão social decorrente da crise do trabalho que causa desemprego.

As diferentes formas não capitalistas de trabalho humano e excludente de trabalhadores seja do emprego formal ou da cadeia produtiva capitalista, tem garantido, de forma precária, a sobrevivência desses segmentos dois quais fazem parte deles as iniciativas urbanas e rurais de atividades familiares, de “fundo de quintal”, de comercialização ambulante e de serviços (LISBOA, 2000).

Assim, para que exista a economia solidária é fundamental que haja também uma cultura e uma política popular e solidária. E sabe-se que é difícil esta mudança de mentalidade, do capitalista (individual e excludente) para o popular e solidário (coletivo e associativo). Esta mudança não é o único desafio enfrentado pela economia popular; há também os desafios de se promover a autogestão por meio de planos próprios de desenvolvimento, de articulá-los com outras comunidades similares e com o próprio capitalismo sem perder sua identidade, de redefinir o papel do Estado e, de agregar empreendimentos populares e solidários para que se fortaleçam suas relações de consumo, produção e distribuição (LISBOA, 2000).

Conclusão

Conclui-se, assim, que a economia solidária pode ser uma alternativa à crise do mercado de trabalho brasileiro, mesmo sendo somente para uma minoria de trabalhadores, os quais despertam para uma economia não-capitalista por meio de pequenos empreendimentos, e que acreditando em suas ideologias de solidariedade, vem conseguindo construir uma economia paralela, defendendo a colaboração dentro de suas atividades, tornando-as auto-gestionárias.

Esses empreendedores enfrentam desafios, como em qualquer outra atividade, seja ela popular ou não, mas é por meio da união de seus membros em torno de um objetivo comum, que a economia solidária consegue encontrar caminhos que levam a geração de emprego, renda e de uma melhoria na qualidade de vida. E, um dos desafios é o acesso ao crédito cuja falta se torna um fator impeditivo de crescimento juntamente com todos os fatores que se referem à estrutura organizacional e capital da empresa e à existência favorável de credores dispostos a financiá-las.

Portanto, as finanças são um dos grandes desafios da economia solidária, a começar pela redefinição do papel do dinheiro, passando pela descentralização das moedas, indo até o emprego de moedas comunitárias para se criar um comércio justo e solidário. Outros desafios dizem respeito ao exercício das finanças pelas

comunidades, ou seja, o controle e a regulação dos fluxos financeiros, a fixação de limites às taxas de juros e aos lucros, o controle público das taxas de câmbio e da emissão de moeda nacional, além da liberação de crédito para novos investimentos.

Uma das formas de financiamento dessas empresas solidárias seria a liberação de crédito por meio do microcrédito solidário, que têm capacidade de permitir que as comunidades e as nações possuam o direito de controle sobre suas próprias finanças e tem por propósito gerar condições de auto-sustentabilidade econômica, concedendo empréstimos de baixo valor, de curto prazo e com incidência mínima de juros.

Referências

COHEN, D. **A empresa do novo milênio**. São Paulo: Abril, 1999.

GAIGER, L. I. **Significados e tendências da economia solidária**. In: Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. São Paulo: CUT, 1999.

LISBOA, A. M. **Desafios da economia popular solidária**. In: Cadernos do CEAS. Santo André, n. 189, Set.-Out./2000

MATTOSO, J. E. L. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1999.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.